



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



441) Sobre o imposto de propriedade predial e territorial urbana aponte a correta.

- a) poderá ser progressivo em razão do uso do imóvel.
- b) poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização do imóvel.
- c) poderá ser progressivo em razão do art 182, §4º, II, da CF (em razão de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, apesar de exigido do Poder Público Municipal).
- d) poderá ser progressivo em razão da localização do imóvel.

RESPOSTA: “c”, de acordo com o artigo 156, §1º, combinado com o artigo 182, §4º, II, da CF.

442) Aponte a alternativa incorreta de acordo com o texto constitucional.

- a) O imposto de transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis compete ao Município da situação do bem.
- b) Em relação ao imposto sobre serviços de qualquer natureza cabe a lei complementar fixar as suas alíquotas máximas e mínimas.
- c) Em relação ao imposto sobre serviços de qualquer natureza cabe a lei complementar excluir da sua incidência exportação de serviços para o exterior.
- d) O imposto de transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, e ainda incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

RESPOSTA: “d”, de acordo com o artigo 156, §2º, da CF.

443) Não é considerado princípio da ordem econômica

- a) soberania nacional
- b) propriedade privada
- c) função social da propriedade
- d) dignidade da pessoa humana
- e) busca do pleno emprego.

RESPOSTA: “d”, tal alternativa está no artigo 1º, III da CF e não se encontra no rol do artigo 170 da CF.

444) De acordo com o texto constitucional aponte a assertiva correta

- a) decreto disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- b) Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos do desenvolvimento social ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- c) A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.
- d) a lei apoiará o cooperativismo.

RESPOSTA: “c”, conforme artigo 173, §4º, da CF.

445) Aponte a alternativa correta

- a) as empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- b) a lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.
- c) a lei estabelecerá o estatuto jurídico das empresas públicas que explorem atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.
- d) o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente.

RESPOSTA: “b”, de acordo com o artigo 173, §3º, da CF.

446) Aponte a alternativa incorreta

- a) incumbe ao Poder Público, na forma de decreto do Executivo, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, dispensada a licitação, a prestação de serviços públicos.
- b) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, dispensada a licitação, a prestação de serviços públicos.
- c) incumbe ao Poder Público, na forma de decreto do Executivo, a prestação de serviços públicos.
- d) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

RESPOSTA: “d”, conforme artigo 175, caput, da CF.

447) Aponte a incorreta

- a) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem a União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- b) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem aos particulares, garantida ao concessionário a posse do produto da lavra.
- c) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem a União e aos Estados e ao Distrito Federal, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- d) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem a União, vedada ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

RESPOSTA: “a”, conforme artigo 176, caput, da CF.

448) Aponte a alternativa incorreta

- a) é assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser, na forma e no valor que dispuser a lei.
- b) A autorização de pesquisa será por prazo indeterminado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.
- c) não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
- d) a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

RESPOSTA: “b”, pois está em desacordo com o artigo 176, §3º, da CF.

449) Sobre o monopólio da União aponte a incorreta

- a) constitui monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos.
- b) constitui monopólio da União a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- c) constitui monopólio da União o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País.
- d) constitui monopólio da União a exploração dos potenciais de energia hidráulica.

RESPOSTA: “d”, pois tal atividade não consta do rol do artigo 177, da CF.

450) Em relação á política urbana, regulada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, aponte a assertiva incorreta.

- a) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de cem mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- b) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- c) a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.
- d) é faculdade do Poder Público municipal exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de: parcelamento ou edificação compulsórios; impostos sobre a propriedade predial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos de dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

RESPOSTA: “a”, pois está em desacordo com o artigo 182, §1º, da CF. O número correto de habitantes é de vinte mil.